



Boletim

SATÉLITE



Órgão Oficial de Comunicação do SINTTEL-SE - Ano XXXVIII - Nº 22/2023 - Aracaju (SE), 07 de Julho de 2023

TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES

EDITAL

ASSEMBLEIA VAI APRECIAR PROPOSTA PATRONAL FINAL PARA CONVENÇÃO COLETIVA

O SINTTEL-SE (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações no Estado de Sergipe) convoca todos os trabalhadores das empresas de telecomunicações que atuam no Estado de Sergipe para uma Assembleia Geral Extraordinária. A assembleia será realizada no dia 12 de julho de 2023, às 08:45 em primeira convocação, e às 09:00 em segunda convocação, na sede do SINTTEL-SE. Caso algum trabalhador não possa comparecer, será possível votar de forma remota através do link disponibilizado abaixo. A Ordem do Dia inclui a apreciação e votação da proposta patronal (Sinstal) para a celebração da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024, autorização para a diretoria do SINTTEL-SE retomar as negociações coletivas e tomar ações necessárias para a defesa dos interesses da categoria, e outras deliberações pertinentes.

O SINTTEL-SE - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações no Estado de Sergipe - SINTTEL/SE, entidade constituída para coordenação, defesa e representação legal dos trabalhadores, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os trabalhadores(as) das empresas que prestam serviços na área de telecomunicações, na base territorial do Estado de Sergipe, para participarem de uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 12 de Julho de 2023, às 08:45 hrs em primeira convocação, e na falta de quórum mínimo estabelecido pelo Estatuto Social para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, às 09:h00 hrs em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, a Assembleia será realizada presencialmente na sede do SINTTEL-SE, localizado na Rua João Bispo Menezes, nº46, Conjunto Novo Horizonte, Bairro: Luzia, caso algum trabalhador não possa comparecer, poderá votar de forma remota, através do link: <https://forms.gle/hzhKtkd2VEjNTtCfA>, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Apreciação e votação da proposta patronal (Sinstal) visando a celebração da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024 entre SINSTAL (Sindicato Patronal) e SINTTEL-SE (Sindicato dos Trabalhadores); b) Autorização para a Diretoria do SINTTEL-SE retomar as negociações coletivas, ajuizar dissídio coletivo ou quaisquer ações que sejam necessárias à defesa dos interesses da categoria profissional, caso seja rejeitada a proposta; c) Outras deliberações pertinentes;

Aracaju, 07 de julho de 2023.

Luiz José Chaves dos Santos.
Diretor do SINTTEL-SE.



LINK PARA ACESSO

<https://forms.gle/hzhKtkd2VEjNTtCfA>



12/07
09h00

ASSEMBLEIA GERAL
na sede do SINTTEL-SE

CONFIRA A PROPOSTA PATRONAL FINAL PARA A RENOVAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/24

✓ SALÁRIOS E BENEFÍCIOS

Reajuste de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) a partir de agosto/2023, sobre os valores praticados em 30/04/2023.

- As empresas que eventualmente estiverem mudando de data-base, poderá aplicar o reajuste de forma proporcional, desde que alinhado com o sindicato.

✓ VALE REFEIÇÃO/ ALIMENTAÇÃO

O VR/VA será reajustado em 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) a partir de agosto/2023.

- O desconto do trabalhador referente ao PAT, será de até 4% (quatro por cento) a partir de agosto/2023.
- Para as empresas com prática superiores ao valor face estabelecido, o reajuste será de 2% (dois por cento).

✓ ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

As empresas promoverão acesso a planos odontológicos aos trabalhadores, sendo os valores às suas expensas (custeio integral do trabalhador).

✓ CONVÊNIO FARMÁCIA

As empresas disponibilizarão convênio farmácia aos seus trabalhadores.

✓ HOMOLOGAÇÃO

As homologações de rescisões de contrato individual de trabalho dos empregados da empresa, com tempo de serviço igual ou superior a 01 (um) ano, serão realizadas com a assistência do sindicato de forma híbrida (presencial ou tele-presencial), sendo a forma híbrida, uma opção do sindicato, sem ônus para a empresa. Será observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do dia do depósito da indenização previsto no art. 477 da CLT, observados os demais aspectos legais.

Parágrafo Primeiro: O empregador comunicará aos empregados o dia, hora e local para efetuar a homologação da rescisão. Cumprindo essa formalidade, o empregador ficará isento das penalidades previstas no art. 477 da CLT, caso o empregado não compareça no horário determinados, ficando a entidade laboral com incumbência de fornecer um atestado comprobatório de sua ausência, podendo tal formalidade ser suprida através de declaração de 02 (duas) testemunhas que estejam no local, dia e hora marcados para a homologação.

Parágrafo Segundo: Enquanto o sindicato não mantiver delegacias em outras localidades do Estado e, sendo a homologação procedida nessas localidades, a empresa poderá solicitar a assistência da SRTE/MTE ou dos órgãos judiciais previstos em lei.

Parágrafo Terceiro: Entrega da documentação previsto no Parágrafo 6º. do Artigo 477 da CLT, após os 10 dias do desligamento, no ato da homologação da rescisão, seja no Sindicato ou na empresa, e mantendo a obrigação da quitação das verbas rescisórias até o 10º dia.

Parágrafo Quarto: As empresas poderão optar por homologar as rescisões de contrato individual de trabalho dos trabalhadores não associados, preferencialmente, com a assistência do SINTTEL, sendo que este terá um custo de R\$100,00 (cem reais) por trabalhador.

CONFIRA A PROPOSTA PATRONAL FINAL PARA A RENOVAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/24

✓ JORNADA 12X36

Fica autorizada a implantação da jornada de trabalho de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) de descanso.

Parágrafo Único: O auxílio refeição (VR/VA) na jornada 12x36 será garantido de igual forma e proporção que a jornada de 220 mensais.

✓ AGREGAMENTO DE VEÍCULO/NOTEBOOK

As empresas que mantenham agregamento de veículo e notebook, reajustaram os valores atualmente praticados em 3,5% (três vírgula cinco por cento) a partir de agosto/2023.

✓ PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

As empresas poderão instituir Programa de Remuneração Variável (PRV) para seus empregados conforme critérios previamente estabelecidos e de acordo com a produção alcançada por estes.

Parágrafo Primeiro: A empresa apresentará ao Sinttel o modelo de remuneração variável praticado.

Parágrafo Segundo: O programa de remuneração variável (PRV) é um programa de recompensas e incentivos que complementa a remuneração do empregado.

✓ TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Nos termos do art. 507 - B da CLT, ao final de cada exercício, empresa e empregado poderão firmar Termo de Quitação Anual de Obrigações Trabalhistas, por meio do qual o empregado atestará o cumprimento das obrigações de dar e fazer a que se comprometeu a empresa por meio do contrato de trabalho havido entre as partes, e que lhe impõe a legislação trabalhista.

Parágrafo Primeiro: O Termo de Quitação conterá todas as obrigações adimplidas pela empresa, discriminadas mensalmente.

Parágrafo Segundo: O Termo de Quitação poderá ser assinado de forma física ou eletrônica pelo empregado, empresa e pelo representante do Sindicato. O sistema interno de certificação digital adotado pela empresa é desde logo admitido pelas partes como válido e aceito, na forma do art. 10 § 2º da MP 2.200-2/2001.

✓ VALE TRANSPORTE

Será incluído o seguinte parágrafo: "As empresas poderão, a critério próprio, efetuar o crédito em destaque na Folha de Pagamento do valor mensal correspondente aos trabalhadores lotados no interior, caso não haja transporte para locomoção da residência para o trabalho e vice-versa. Esse valor não integrará a remuneração do trabalhador para todos os efeitos legais."

✓ RECONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS

Não se presumirá fraudulenta a rescisão de contrato de trabalho sem justa causa, seguida de recontratação, após os 90 dias subsequentes à data em que formalmente a rescisão se operou.

Parágrafo Único: Não se exigirá novo período de experiência se o profissional recontratado houver atuado na função por um ano ou mais na Empresa.

✓ FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

A empresa garantirá o fornecimento de combustível para que os empregados possam desenvolver suas atividades laborais, limitando-se essa garantia apenas aos compromissos profissionais exigidos pela mesma, acrescida da quilometragem dispendida entre a residência do empregado e seu local de trabalho e vice-versa.

CONFIRA A PROPOSTA PATRONAL FINAL PARA A RENOVAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/24

Parágrafo Primeiro: O fornecimento de combustível não terá caráter remuneratório, não integrando a remuneração do empregado para quaisquer fins.

Parágrafo Segundo: Nas localidades em que não haja posto de combustível credenciado para recebimento do cartão de abastecimento disponibilizado pela empresa, fica autorizado o pagamento em espécie sem que com isso seja dada natureza salarial à referida verba, não integrando, portanto, ao salário do empregado.

✓ **MULTA POR DESCUMPRIMENTO**

Será incluído o seguinte parágrafo: “O valor da multa normativa em quaisquer casos e independente da irregularidade ou infração, não poderá ser maior que o valor de 01 (um) salário nominal do empregado prejudicado, ou de 01 (um) salário-mínimo nacional quando tratar-se de infração e /ou conjuntode infrações contra a organização sindical.”

✓ **ACIDENTE E MULTA DE TRÂNSITO**

Será incluída a seguinte cláusula: “Os empregados só poderão ser responsabilizados pelo cometimento de infrações de trânsito ou por danos e avarias causados aos veículos da empresa e/ou de terceiros quando, comprovadamente houver atos de negligência, imperícia ou imprudência, sendo assegurado o direito de defesa com o acompanhamento do sindicato.”

✓ **TRABALHADORES EM VIAS DE APOSENTADORIA**

As empresas assegurarão a garantia no emprego ou remuneração, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à complementação de tempo de aposentadoria integral pela Previdência Social, para os empregados com 8 (oito) anos ou mais na Empresa, exceto nos casos de justa causa para rescisão do contrato de trabalho, ficando o empregado obrigado a comprovar no RH, no momento do requerimento à empresa do benefício de salvaguarda, o tempo que falta para aposentadoria, munido de documento fornecido pelo INSS e do Extrato de Contribuições (CNIS) que pode ser obtido pelo colaborador acessando o site www.meu.inss.gov.br ou pelo aplicativo oficial “Meu INSS”.

MANUTENÇÃO DOS DEMAIS ITENS DA CCT ANTERIOR.

Endereço: R. João Bispo Menezes, 46 - Cj. Novo Horizonte | (79) 98830-0215 - 3217-1529

Sindicalize-se!



sinttelse.org.br



/sinttelse



/sinttelse



/sinttelse